

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- a) Prevalência dos direitos humanos, defesa da paz e independência nacional;
- b) Prevalência dos direitos humanos e garantia do desenvolvimento nacional;
- c) Prevalência dos direitos humanos e redução das desigualdades sociais;
- d) Prevalência dos direitos humanos, soberania, independência e harmonia;
- e) Prevalência dos direitos humanos, cidadania e pluralismo político.

2) Sobre direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta:

- a) Os direitos fundamentais não podem ter no polo passivo pessoas físicas;
- b) A gravação de uma conversa por um dos interlocutores sem que o outro saiba constitui prova ilícita;
- c) A inviolabilidade do domicílio possibilita a possibilidade de ingresso para prestar socorro, ainda que à noite e sem permissão dos moradores;
- d) Ninguém será preso senão em flagrante ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária ou administrativa;
- e) O brasileiro nato não pode ser extraditado, salvo em caso de comprovado envolvimento em tráfico de ilícito de entorpecentes e drogas afins.

3) Assinale a alternativa correta:

- a) Em relação à magistratura, pode-se afirmar que a vitaliciedade, em segundo grau de jurisdição, é obtida após dois anos de exercício no cargo;
- b) O juiz federal, no caso de eleições presidenciais, pode dedicar-se à atividade política;
- c) O Conselho Nacional de Justiça não é considerado como órgão do Poder Judiciário, vez que não exerce função jurisdicional;
- d) Os servidores podem praticar atos com conteúdo decisório, desde que haja delegação por parte do juiz federal competente;
- e) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

4) Em relação aos direitos políticos, assinale a alternativa correta:

- a) Com exceção dos portugueses, os estrangeiros são inelegíveis;
- b) O alistamento eleitoral é obrigatório para todos os brasileiros que sejam alfabetizados e maiores de dezoito anos;
- c) No Brasil, quem tem capacidade eleitoral passiva tem, necessariamente, a ativa; a recíproca, no entanto, não é sempre verdadeira;
- d) Plebiscito é a consulta posterior à aprovação de projeto de lei ou de emenda constitucional, para ratificação ou rejeição.
- e) Os prefeitos e vereadores são eleitos pelo sistema eleitoral majoritário e por maioria absoluta.

5) Quanto ao processo legislativo, responda:

- a) Os direitos e garantias individuais não podem ser suprimidos, salvo se for feita uma nova revisão constitucional;
- b) Através de ação direta de inconstitucionalidade - ADI, um parlamentar pode suspender um projeto de lei que entenda inconstitucional;
- c) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta nos próximos dois anos;
- d) Segundo o Supremo Tribunal Federal, a lei complementar é hierarquicamente superior à lei ordinária, haja vista ter a necessidade de *quorum* qualificado para sua aprovação;
- e) Os tratados internacionais sobre direitos humanos anteriores à Emenda Constitucional 45 são recebidos pelo ordenamento nacional como normas supralegais.

- 6) Em respeito ao controle de constitucionalidade, responda a alternativa correta:
- a) As leis municipais, estaduais e federais que contrariem dispositivos da Constituição Federal podem ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade através de ação direta de inconstitucionalidade - ADI;
 - b) A concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade ou ação declaratória de constitucionalidade pelo STF torna aplicável a legislação anterior (represtinação), salvo expressa manifestação em contrário;
 - c) Apenas a sentença de mérito tem efeito vinculante nas ADI's, visto que as cautelares são provisórias e precárias;
 - d) A Arguição de Descumprimento de Direito Fundamental - ADPF, por ser fazer parte do sistema do controle difuso, pode ter qualquer cidadão como legitimado ativo;
 - e) É possível o controle de constitucionalidade de qualquer dispositivo da Constituição, não importando se decorrente de emenda ou de redação originária.

7) Assinale a alternativa correta:

- a) São princípios que regem a administração pública: publicidade, impessoalidade, moralidade, oportunidade e eficiência;
- b) O servidor público federal, de acordo com a Constituição atual, pode acumular dois cargos de professor, ou dois de médico ou dois de advogado;
- c) Servidor público eleito prefeito tem que ficar afastado do cargo, vedada a faculdade de optar pelos vencimentos de servidor;
- d) As ações de ressarcimento contra o erário são imprescritíveis;
- e) Em face do regime jurídico próprio, o servidor público não tem direito à associação sindical.

DIREITO ADMINISTRATIVO

8) Dentre os princípios do direito administrativo, a proibição daquele que contrata com a Administração Pública de invocar a exceção do contrato não cumprido, em virtude de a atividade contratada ser considerada ininterrupta, encerra especificamente a ideia do princípio da:

- a) supremacia do interesse público
- b) continuidade do serviço público
- c) legalidade
- d) indisponibilidade do interesse público
- e) finalidade

9) A respeito do princípio da autotutela, assinale a alternativa incorreta:

- a) Só o Poder Judiciário pode anular atos administrativos por ilegalidade
- b) A Administração Pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos
- c) A Administração Pública pode revogar os seus próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos
- d) O princípio da autotutela não se confunde com a tutela administrativa
- e) A Administração Pública pode fazer exame do ato administrativo à luz de princípios constitucionais

10) São características das agências reguladoras, em geral:

- a) têm natureza jurídica de autarquias em regime especial
- b) podem criar decretos autônomos, visando estipular regras atinentes ao controle e fiscalização dos serviços públicos prestados aos usuários
- c) os servidores estão sujeitos unicamente ao regime celetista
- d) os dirigentes das agências reguladoras têm um mandato de dois anos, renováveis por igual período
- e) todas as agências reguladoras estão previstas na Constituição de 1988

- 11) Assinale a alternativa incorreta no tocante ao regime constitucional dos servidores públicos:
- a) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento
 - b) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo
 - c) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto nas situações de dois cargos de professor, um cargo de professor com outro técnico ou científico e a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, podendo, em face de tal permissão, receberem as respectivas remunerações de forma cumulativa sem qualquer restrição.
 - d) não é possível, após o advento da EC 19/98, a incorporação de gratificações, para fins de aposentadoria.
 - e) A Constituição de 1988 estabelece exceções ao princípio da exigibilidade do concurso público para contratação de pessoal no serviço público

12) No que se refere aos casos excludentes de licitação, pode-se afirmar que:

- a) É hipótese de inexigibilidade de licitação a aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial de determinada marca
- b) O rol das hipóteses de inexigibilidade de licitação é taxativo
- c) Ocorre dispensa de licitação quando a Administração Pública pretende contratar serviços técnicos de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização
- d) Ocorre inexigibilidade de licitação quando houver guerra ou grave perturbação da ordem
- e) É obrigatória a licitação para serviços de publicidade e divulgação

13) Acerca dos contratos administrativos, assinale a alternativa incorreta:

- a) Fato do príncipe é a ação ou omissão promovida diretamente pela Administração Pública contratante no contrato celebrado, retardando ou impedido a sua execução.
- b) O equilíbrio econômico-financeiro é a relação de igualdade entre os encargos do contratante particular e a correspondente remuneração a que faz jus, fixada no contrato administrativo para a justa compensação do pactuado
- c) É característica ínsita de todo contrato administrativo a presença de cláusulas exorbitantes
- d) A revisão contratual sempre é possível quando ocorrer alguma circunstância extraordinária e imprevisível a comprometer o equilíbrio do contrato
- e) A teoria da imprevisão decorre da cláusula *rebus sic stantibus*

14) Os serviços públicos prestados, direta ou indiretamente, pela Administração Pública:

- a) não estão sujeitos ao Código de Defesa do Consumidor
- b) podem ser criados por lei, desde que respeitados os limites constitucionais
- c) têm como requisitos a comodidade e a gratuidade
- d) encontram-se vinculados, em regra, pelo regime jurídico privado
- e) não podem ser suspensos em qualquer situação

PROCESSO CIVIL

15) A citação válida:

- a) suspende a prescrição
- b) não constitui em mora o devedor, se o juiz for incompetente
- c) induz litispêndência e faz litigiosa a coisa
- d) interrompe a prescrição a partir de sua efetivação
- e) é uma condição da ação

16) É hipótese de impedimento do juiz:

- a) quando nele estiver postulando, como advogado da parte, o seu cônjuge ou qualquer parente seu, consanguíneo ou afim, em linha reta; ou na linha colateral até o segundo grau
- b) quando for interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes
- c) quando for credor ou devedor de alguma das partes
- d) quando aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa
- e) quando for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes

17) A respeito das nulidades processuais, assinale a alternativa incorreta:

- a) Anulado o ato processual, reputam-se de nenhum efeito todos os subsequentes, que dele dependam
- b) O juiz, ao pronunciar a nulidade, declarará que atos são atingidos, ordenando as providências necessárias, a fim de que sejam repetidos ou retificados
- c) O ato processual não se repetirá nem se lhe suprirá a falta quando não prejudicar a parte
- d) Quando puder decidir do mérito a favor da parte a quem aproveite a declaração da nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato, ou suprir-lhe a falta
- e) Não se poderá convalidar um ato processual proferido por juiz incompetente

18) Segundo a jurisprudência consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça, pode-se afirmar que:

- a) Compete à Justiça Federal processar e julgar as causas cíveis em que é parte sociedade de economia mista federal
- b) Ao receber um feito da Justiça Comum Estadual que se declarou incompetente, em face da presença de algum ente federal, deverá o juiz federal suscitar o conflito de competência
- c) Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar execução fiscal promovida por Conselho de fiscalização profissional
- d) A decisão do juiz federal que exclui da relação processual ente federal não pode ser reexaminada pelo juiz estadual.
- e) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar o pedido de reintegração em cargo público federal, quando a dispensa tiver ocorrido ainda sob a égide do regime celetista.

19) No que concerne ao mandado de segurança, é incorreto afirmar que:

- a) O sujeito passivo do mandado de segurança, seja individual ou coletivo, é a pessoa jurídica que suportará os efeitos que possam defluir da ação constitucional, daí porque parte verdadeiramente é a pessoa jurídica, e não a autoridade coatora
- b) O titular do direito líquido e certo dispõe do prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias para impetrar mandado de segurança, porém esse prazo não se aplica à hipótese de ato omissivo e de *writ* preventivo
- c) A sentença no mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais pretéritos, devendo eventuais parcelas retroativas serem reclamadas administrativamente ou pela via judicial própria, não podendo substituir ação de cobrança
- d) Não cabe condenação em honorários advocatícios no mandado de segurança
- e) Não pode ser considerada autoridade coatora quem nega esta qualidade, ainda que encampe ou defenda o ato impugnado

20) Assinale a alternativa incorreta:

- a) Não se admite o juízo de retratação no recurso de apelação
- b) No recurso de apelação, serão objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que a sentença não as tenha julgado por inteiro
- c) Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais

- d) Nos casos de extinção do processo sem resolução do mérito, o tribunal pode julgar desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento
- e) Constatando a ocorrência de nulidade sanável, o tribunal poderá determinar a realização ou renovação do ato processual, intimadas as partes; cumprida a diligência, sempre que possível prosseguirá o julgamento da apelação

21) A antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional só pode ser concedida:

- a) quando houver verossimilhança da alegação e haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação
- b) no início do curso do processo e antes da contestação
- c) se não houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado
- d) na ação principal, não se admitindo a sua outorga em uma ação cautelar autônoma
- e) totalmente, ainda que haja pedidos incontroversos

DIREITO PENAL

22) José, pratica a conduta X. Sem desejar, porém, assumindo o risco, tendo mentalmente, antevisto o resultado, danifica o patrimônio de Pedro. A conduta de José, no aspecto subjetivo, identifica:

- a) dolo eventual;
- b) dolo direto;
- c) culpa inconsciente;
- d) culpa consciente;
- e) preterdolo.

23) São pressupostos da culpabilidade:

- a) a imputabilidade e a previsibilidade do resultado;
- b) a possibilidade de conhecer a ilicitude do fato e a falta de dever de cuidado;
- c) a exigibilidade de conduta diversa e a previsibilidade do resultado;
- d) a imputabilidade e a exigibilidade de conduta diversa;
- e) a falta de dever de cuidado e a imputabilidade.

24) A legítima defesa putativa exclui a:

- a) punibilidade em abstrato;
- b) ilicitude;
- c) culpabilidade;
- d) tipicidade;
- e) punibilidade em concreto.

25) Acerca do concurso de pessoas, assinale a opção correta em conformidade com o CP.

- a) As circunstâncias e as condições de caráter pessoal não se comunicam, mesmo quando elementares do crime.
- b) Se algum dos concorrentes tiver optado por participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste, a qual, entretanto, será aumentada, nos termos da lei, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
- c) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, são puníveis, mesmo se o crime não chegar a ser tentado.
- d) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, independentemente de sua culpabilidade.
- e) nenhuma das alternativas acima está correta.

26) A conduta do funcionário público que solicita de particular vantagem indevida para não multá-lo, sem, contudo, chegar a recebê-la, caracteriza, em tese:

- a) concussão;

- b) tentativa de corrupção ativa;
- c) tentativa de corrupção passiva;
- d) prevaricação;
- e) corrupção passiva consumada.

27) Segundo o Código Penal (CP), aquele que patrocina, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário público, pratica o crime de:

- a) prevaricação;
- b) advocacia administrativa;
- c) condescendência criminosa;
- d) tráfico de influência;
- e) exploração de prestígio.

28) Com relação à legislação referente ao combate às drogas, assinale a opção correta:

- a) O agente que, para consumo pessoal, semeia plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância capaz de causar dependência psíquica pode ser submetido à medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.
- b) O agente que tiver em depósito, para consumo pessoal, drogas sem autorização poderá ser submetido à pena de reclusão.
- c) O agente que transportar, para consumo pessoal, drogas em desacordo com determinação legal poderá ser submetido à pena de detenção.
- d) O agente que entregar a consumo drogas, ainda que gratuitamente, em desacordo com determinação legal, pode ser submetido à pena de advertência sobre os efeitos das drogas.
- e) Nenhuma das alternativas acima está correta.

PROCESSO PENAL

29) Com base no CPP, assinale a opção correta acerca do inquérito policial:

- a) O MP, caso entenda serem necessárias novas diligências, por considerá-las imprescindíveis ao oferecimento da denúncia, poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial.
- b) Se o órgão do MP, em vez de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial, o juiz determinará a remessa de ofício ao tribunal de justiça para que seja designado outro órgão de MP para oferecê-la.
- c) A autoridade policial, caso entenda não estarem presentes indícios de autoria de determinado crime, poderá mandar arquivar autos de inquérito.
- d) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas, ainda que tome conhecimento de outras provas.
- e) Nenhuma das opções acima está correta.

30) Indique a alínea em que se encontra a afirmativa inteiramente correta:

- a) A requisição do Ministro da Justiça, exigida em lei, como condição para o oferecimento de denúncia, obriga o Ministério Público a promover a ação penal.
- b) Se o Ministério Público, representado pelo Procurador Geral, pedir diligência ao tribunal competente para processar e julgar causa penal, este ficará obrigado a deferir-la.
- c) No caso de queixa subsidiária, o Ministério Público poderá admitir-la, repudiá-la ou oferecer denúncia substitutiva.
- d) Se o prazo decadencial para oferecimento de queixa-crime findar em feriado ou domingo, pode o querelante ajuizar a inicial acusatória no primeiro dia em que o foro estiver funcionando.
- e) Nenhuma das afirmações acima está correta.

31) Considere:

- I. Ministro de Estado;
- II. Governadores de Estado;
- III. Membros dos Tribunais Regionais Federais;
- IV. Membros do Congresso Nacional;
- V. Procurador Geral da República.

Compete ao STJ processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, as autoridades indicadas apenas em:

- a) IV e V;
- b) I e IV;
- c) II e III;
- d) I, III e V;
- e) II, IV e V.

32) A respeito do processo referente a infrações de menor potencial ofensivo perante o Juizado Especial Criminal, é incorreto afirmar que:

- a) a competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
- b) o procedimento sumaríssimo pode ser instaurado por denúncia oral oferecida pelo Ministério Público.
- c) a sentença deverá mencionar os elementos de convicção do juiz, dispensado, porém, o relatório.
- d) o não oferecimento da representação na audiência preliminar implica na decadência desse direito.
- e) os embargos de declaração, quando opostos contra sentença, suspenderão o prazo par ao recurso.

33) Em relação à citação, notificação e intimação no processo criminal, é correto afirmar que:

- a) o processo será suspenso se o acusado for citado por edital e não comparecer ao interrogatório, tenha ou não defensor constituído.
- b) a notificação, segundo a doutrina, é comunicação sobre ato a ser realizado, enquanto a intimação consiste em comunicação de ato já realizado.
- c) o prazo do edital de citação ficta é, em todas as hipóteses, de 15 (quinze) dias.
- d) a citação será por edital se o acusado estiver no estrangeiro e o crime for afiançável.
- e) a intimação do Ministério Público e do defensor será pessoal, em qualquer grau de jurisdição.

34) A respeito do questionário utilizado no tribunal do júri, assinale a opção correta.

- a) O juiz-presidente não deve formular quesitos sobre causas de diminuição de pena alegadas pela defesa, visto tratar-se de matéria atinente à fixação da pena, que incumbe ao juiz-presidente, e não, aos jurados.
- b) Havendo mais de um crime ou mais de um acusado, os quesitos devem ser formulados em série única, dividida em capítulos conforme o crime ou o acusado.
- c) Se a resposta a qualquer dos quesitos estiver em contradição com outra ou outras já apresentadas, o juiz-presidente deverá, de imediato, declarar a nulidade da sessão de julgamento, designando outra para o primeiro dia desimpedido.
- d) Se, pela resposta apresentada a um dos quesitos, o juiz-presidente verificar que ficam prejudicados os seguintes, assim o declarará, dando por finda a votação.
- e) Nenhuma das opções acima está correta.

35) João e Pedro, ambos com dezenove anos de idade, após subtraírem mediante violência bens pertencentes a Antônio, fogem. São imediatamente perseguidos por policiais que, depois de uma hora, encontram João com parte dos bens subtraídos. O juiz:

- a) deve relaxar a prisão em flagrante porque ela só ocorreu depois de uma hora de perseguição.
- b) não pode conceder a liberdade provisória sem fiança porque houve apenas recuperação parcial dos bens.
- c) deve permitir que João se livre solto porque é menor.

- d) pode conceder fiança porque a pena mínima cominada para o roubo é de dois anos de reclusão.
- e) pode conceder liberdade provisória sem fiança, se não estiverem presentes os requisitos da preventiva, embora se trate de crime cometido mediante violência.

DIREITO TRIBUTÁRIO

36) A lei se aplica ao ato ou fato pretérito no seguinte caso:

- a) Quando deixe de defini-lo como infração, desde que se trate de ato não definitivamente julgado;
- b) Ainda que fraudulento, desde que não definitivamente julgado, mas deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão;
- c) Quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista ao tempo da sua prática, exceto se tiver sido efetuado o pagamento;
- d) Quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista ao tempo da sua prática, facultada a revisão do julgamento, mesmo que definitivo, para cominar a menor penalidade;
- e) Ainda que tenha implicado a falta de pagamento, mas deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão.

37) Informe a alternativa correta sobre a obrigação tributária:

- a) A obrigação acessória decorre da incidência do fato gerador;
- b) A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais;
- c) A interrupção da prescrição em relação a um devedor aproveita aos demais quando houver solidariedade;
- d) Quando o fato gerador da obrigação tributária é um negócio jurídico sujeito a condição suspensiva, considera-se nascida desde o momento em que o Fisco tomar conhecimento;
- e) A obrigação acessória decorre apenas de lei.

38) Quanto ao crédito tributário, assinale a alternativa correta:

- a) A exclusão do crédito tributário implica necessariamente a exclusão da obrigação tributária respectiva;
- b) A atividade administrativa de lançamento pode ser discricionária;
- c) O lançamento devidamente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado por decisão judicial;
- d) O parcelamento suspende a obrigação principal e a acessória que lhe é correlata;
- e) A prescrição extingue o crédito tributário, que passa a não poder ser mais cobrado.

39) Em relação às taxas, pode-se afirmar:

- a) Tem seu fato gerador vinculado a uma atividade do contribuinte diretamente relacionada ao Estado;
- b) Pode ter base de cálculo idêntica ao de um imposto;
- c) É considerada um tributo vinculado;
- d) Possui como características a especificidade e a divisibilidade;
- e) São cobradas em razão da utilização de bens e serviços públicos.

40) Cabe à União instituir impostos, exceto:

- a) Sobre a renda e proventos de qualquer natureza;
- b) Sobre grandes fortunas;
- c) Sobre produtos industrializados;
- d) Sobre propriedade territorial rural e urbana;
- e) Sobre operações de crédito.